

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 08 de janeiro de 2025 às 08h07
Seleção de Notícias

Fator Brasil - Online | BR

Marco regulatório | INPI

| | |
|-------------------------------------------------------------|---|
| Novidades para 2025 para acelerar o exame de patentes | 3 |
|-------------------------------------------------------------|---|

Jota Info | BR

08 de janeiro de 2025 | Pirataria | Biopirataria

| | |
|----------------------------------------------------------------------|---|
| O Marco Legal dos Bioinsumos e seus impactos no setor agrícola | 4 |
|----------------------------------------------------------------------|---|

Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

| | |
|----------------------------------------------------------------------|---|
| A evolução do registro de slogans e a nova perspectiva do INPI | 6 |
|----------------------------------------------------------------------|---|

O Globo | BR

08 de janeiro de 2025 | Marco Civil

| | |
|---------------------------------------------------------------|---|
| Zuckerberg critica decisões judiciais na América Latina | 8 |
|---------------------------------------------------------------|---|

Folha.com | BR

Direitos Autorais

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Defesa de Adele pede caução de US\$ 1 milhão por prejuízo em processo de plágio atual | 11 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|----|

Patentes

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Patente do Ozempic expira em 2026, e farmacêuticas testam genéricos e biossimilares | 12 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|----|

Novidades para 2025 para acelerar o exame de patentes

CANAL

O PPH (Patent Prosecution Highway) é um programa que permite acelerar o processo de análise de pedidos de patente em diferentes países. Ao participar do PPH, o requerente pode utilizar resultados de exames já realizados em um país para agilizar o processo em outro país participante.

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) anunciou mudanças importantes para o PPH a partir de 1º de janeiro de 2025. Os especialistas do Di Blasi, Parente & Associados (DBPA), especializado em Propriedade Intelectual, esclarecem que uma das principais novidades é gerar mais vagas com aceitação de até 3.200 pedidos de participação por ano e até 1.000 pedidos por cada seção de classificação de patentes. Isso significa que mais requerentes poderão se beneficiar do programa.

Como o **INPI** aderiu ao Global Patent Prosecution Highway (GPPH), também aumentou o número de países parceiros e as possibilidades de agilizar o processo de patenteamento.

O impacto será para o inventor ou empresa que deseja proteger sua criação por meio de uma patente, o PPH pode ser uma excelente opção para acelerar o processo de patenteamento. Ao participar do programa é maior a chance de obter mais rapidamente uma decisão sobre o pedido de patente.

As mudanças no PPH representam um avanço significativo para a proteção da **propriedade** intelectual no Brasil. Com mais vagas, mais flexibilidade e novos parceiros, o programa se torna ainda mais atrativo para inventores e empresas que buscam proteger suas criações de forma rápida e eficiente.

Vale ressaltar que o tempo médio de análise de pedidos de registro nos escritórios de propriedade industrial dos EUA e da Europa é consideravelmente maior que os 60 dias previstos no código de processo administrativo brasileiro. Nos Estados Unidos, o US-PTO, que é responsável pelo registro e controle de marcas e patentes, leva cerca de 14 meses para concluir um processo de registro. Já o **INPI** tem uma média de 16 meses para finalizar esses processos.

Considerando a inaplicabilidade da Lei 9.789/00 em processos de concessão de direitos de **propriedade** intelectual, regulados pela Lei 9.279/96, à vista da garantia necessária da qualidade do exame, da segurança jurídica dos detentores do direito e dos prejuízos que poderiam advir ao mercado, consumidores e ao sistema marcário brasileiro.

Por: Diana Marcondes de Paula e Brenda Albuquerque são advogadas do Di Blasi, Parente & Associados. | www.diblasiparente.com.br

O Marco Legal dos Bioinsumos e seus impactos no setor agrícola



Na reta final de 2024, o mercado agrícola brasileiro celebrou a sanção da Lei nº 15.070/2024 (Nova Lei de Bioinsumos [NLB]), que estabelece o novo marco legal para os bioinsumos (produtos biológicos). Embora não seja o único setor beneficiado, hoje o Brasil se destaca como um dos líderes globais no uso de bioinsumos na produção agrícola. Esses produtos, de origem vegetal, animal ou microbiana, são utilizados como biofertilizantes, biopesticidas, agentes de biocontrole e bioestimulantes nas culturas, sendo uma alternativa aos produtos químicos de origem sintética.

Considerando a vasta biodiversidade brasileira, o país tem o potencial de oferecer uma variedade de produtos biológicos para as mais diversas culturas, impulsionando a inovação e a sustentabilidade no controle de pragas e doenças, manejo de resistência e rendimento da produção.

Antes da NLB, os bioinsumos eram referenciados, de forma tímida e por vezes atécnica, como "agentes biológicos de controle", "produto fitossanitário para uso próprio" e "produtos biológicos" na Lei nº 14.785/2023 - a atual Lei dos Agrotóxicos, que ainda carece de um novo decreto regulamentador. Embora algumas instruções normativas conjuntas do MAPA, [Anvisa](#) e Ibama dispunham sobre procedimentos de registro e regras de bula e embalagem para produtos de origem biológica, o cenário era de incertezas sobre diversos aspectos.

Um dos principais pontos sobre os quais a falta de regulamentação era sentida diz respeito à produção ou multiplicação *on-farm* de bioinsumos, também conhecida como "produção caseira" ou "produção na fazenda". A prática consiste na produção de insumos biológicos pelo produtor rural, para uso próprio, nas suas propriedades. O vazio regulatório sobre tema permitiu que, nos últimos anos, essa atividade resultasse em ações anticompetitivas contra empresas detentoras de produtos biológicos formulados, além de riscos à saúde humana e animal e ao meio ambiente.

Era comum o uso, por parte do produtor rural, de um produto biológico formulado, registrado e comercializado por empresa terceira, como material de partida para obter o micro-organismo isolado necessário à sua multiplicação *on-farm*, seguido da comercialização do produto caseiro. Na ausência de um regramento específico, pautavam a legalidade dessa sua prática em uma interpretação distorcida de dispositivos do Decreto nº 4.074/2002 (art. 10-D, § 8º), que regulamentava a revogada Lei de Agrotóxicos (Lei nº 7.802/1989). A verdade é que o referido decreto já permitia uma conclusão bem distante da defendida pelos produtores rurais, pouco favorável ao que vinha sendo praticado por eles.

A NLB finalmente chega para estabelecer regras mínimas para a produção/multiplicação *on-farm*: o produto caseiro é destinado exclusivamente ao uso próprio do produtor, restando vedada a sua comercialização (art. 10º, *caput*) e dispensado o registro no MAPA (art. 10, §1º). Além disso, o produtor rural fica autorizado a produzir/multiplicar *on-farm*, desde que utilize como material de partida biológicos isolados provenientes de bancos de germoplasma públicos (como o Cenargen/[Recursos Genéticos](#), da Embrapa) ou privados, de produto registrado e adquirido para essa finalidade ou diretamente da natureza (art. 14). A nova lei acerta na

Continuação: O Marco Legal dos Bioinsumos e seus impactos no setor agrícola

proibição do uso de produtos formulados registrados como material de partida (art. 10º, § 5º) e da importação de bioinsumos para uso próprio (art. 14, § 5º).

Essas limitações da NLB têm fundamento na promoção de uma concorrência leal para o mercado de bioinsumos. Para que uma empresa lance um produto biológico formulado no mercado, é necessário um investimento significativo em pesquisa e desenvolvimento, de tempo e recursos financeiros, seja na identificação do potencial agente biológico que compõe o produto, ou em novas tecnologias voltadas ao melhoramento de germoplasmas e formulações. Além disso, as empresas precisam manter cepas de micro-organismos em bancos de germoplasma, gerar dados regulatórios para o registro do produto junto aos órgãos/agências competentes e arcar com diversos outros custos associados ao processo. Quando um produtor rural utiliza esse produto registrado como material de partida para produzir e comercializar um produto caseiro, ele se vale indevidamente dos custos que recaem sobre a empresa responsável pelo produto original.

No entanto, a NLB peca ao não definir de forma clara o conceito de "uso próprio" do produto produzido/multiplicado *on-farm*, deixando ainda uma certa lacuna na regulamentação. Considerando todos os investimentos de uma empresa de P&D no registro de um insumo biológico, a melhor definição de "uso próprio" seria não apenas a proibição da comercialização do produto caseiro, mas também quaisquer frutos obtidos a partir do seu uso pelo produtor rural. Espera-se que o futuro decreto regulamentador venha tratar da questão de forma mais técnica, capaz de indicar objetivamente as limitações

do uso próprio desses bioinsumos.

Ainda nessa linha de proteção contra o uso comercial desleal dos bioinsumos, a NLB reforça que os dados regulatórios produzidos para o registro destes são objeto da proteção prevista na Lei nº 10.603/2002 (10 anos para os novos e 5 anos para os demais - art. 1º e 4º). Isso significa que o MAPA, o órgão registrante (art. 3º), e eventualmente a **Anvisa** e Ibama, que interferem no processo administrativo quando se tratar de produto fitossanitário novo (art. 8º), não poderão utilizar os resultados de testes ou outros dados a elas apresentados em favor de terceiros. Os órgãos/agências competentes devem necessariamente colocar os pedidos de registro de produtos biológicos equivalentes no final da fila de análise, após o prazo de proteção.

A NLB também tenta estabelecer um certo grau de segurança para a produção/multiplicação *on-farm*, prevendo a posterior regulamentação que preveja um cadastro simplificado do produto; normas de transporte com documentação que indique a natureza do produto, o destino e a unidade de produção; a necessidade ou não de acompanhamento de responsável técnico para a produção; entre outros. Espera-se que a regulamentação imponha aos produtores rurais a rigidez regulatória necessária para afastar os riscos inerentes da atividade. A produção/multiplicação *on-farm* está muito mais suscetível a contaminações e perda de eficácia, que comprometem a produção e expõem ao perigo a saúde dos envolvidos no processo agrícola e dos consumidores do que for colhido.

A evolução do registro de slogans e a nova perspectiva do INPI



O artigo aborda nova interpretação aplicada aos pedidos de registro de slogans como marcas, atendendo às disposições Lei de Propriedade Industrial e do Superior Tribunal de Justiça.

A evolução do registro de slogans e a nova perspectiva do **INPI** Lucas Marinho Costa O artigo aborda nova interpretação aplicada aos pedidos de registro de slogans como marcas, atendendo às disposições Lei de Propriedade Industrial e do Superior Tribunal de Justiça. terça-feira, 7 de janeiro de 2025 Atualizado às 12:55 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

No cenário corporativo atual, a diferenciação é essencial para o sucesso de uma marca, e um slogan bem elaborado pode ser o grande diferencial. Essas frases curtas, muitas vezes, se tornam sinônimo da identidade da marca, sendo utilizadas de forma estratégica em campanhas publicitárias para atrair a atenção do consumidor. No entanto, um problema crucial surge: a dificuldade em proteger legalmente esses slogans, deixando as marcas vulneráveis a cópias e ao uso indevido de suas expressões mais valiosas.

abpi.empauta.com

Embora slogans sejam ferramentas poderosas de comunicação e marketing, a legislação brasileira tem tratado essa questão de forma inconsistente. A LPI - Lei de **Propriedade** Industrial não conceitua diretamente os slogans, haja vista a sua proteção sob **direitos** autorais, caso atendam aos requisitos de originalidade e criatividade. Contudo, o antigo decreto-lei 7.903/45 (Código da **Propriedade** Industrial) já reconhecia slogans como passíveis de proteção, desde que possuíssem originalidade e novidade. Porém, com a promulgação da LPI em 1996, o tratamento jurídico dos slogans sofreu mudanças importantes.

O art. 124 da LPI estabelece que não são registráveis como marca "sinal ou expressão empregada apenas como meio de propaganda". Isso resultou, por anos, na recusa sistemática de pedidos de registro de slogans pelo **INPI** - Instituto Nacional da **Propriedade** Industrial, que os considerava meras expressões promocionais, sem caráter distintivo. Essa postura restritiva dificultou a proteção de slogans que, embora tivessem um papel fundamental nas campanhas publicitárias, não eram vistos como marcas autônomas.

Apesar disso, a situação começou a mudar com uma importante decisão do STJ em 2024. O tribunal reconheceu a função distintiva dos slogans, permitindo que, mesmo expressões com caráter promocional, possam exercer também a função de identificação marcária, desde que possuam distintividade. Esse entendimento foi um marco, pois alinhou a legislação brasileira com práticas internacionais de propriedade intelectual, como as adotadas por países como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e União Europeia.

Com essa nova interpretação, o **INPI** revisou sua abordagem e passou a aceitar o registro de slogans como marcas, desde que atendam ao critério da distintividade. Esse avanço abre novas oportunidades

Continuação: A evolução do registro de slogans e a nova perspectiva do INPI

para as empresas, permitindo que protejam sua identidade e adquiram o uso exclusivo de frases e expressões publicitárias. Exemplos de slogans não registráveis, como "A líder no mercado de energia solar", e de slogans registráveis, como "Te dá asas" (Red Bull), ilustram essa importante distinção.

Esse novo posicionamento do **INPI** amplia as possibilidades de proteção para as marcas, permitindo que elementos promocionais se tornem parte de sua identidade jurídica, com o reconhecimento de propriedade exclusiva em todo o território nacional. As-

sim, o registro de slogans não apenas fortalece a presença das marcas no mercado, mas também assegura que suas criações publicitárias sejam protegidas contra concorrentes.

Lucas Marinho Costa Advogado especialista em Propriedade Intelectual pela **WIPO** e Escola de Propriedade Intelectual.

Zuckerberg critica decisões judiciais na América Latina

ECONOMIA



{SEM MODERAÇÃO

CEO da Meta afirma que região tem 'tribunais secretos' para derrubar publicações nas redes. Ministros do STF rejeitaram declaração. Advogado-geral da União diz que medida reforça necessidade de nova regulamentação de big techs

MARIANA MUNIZ, DANTEL GULLINO E JULIANA CAUSIN

Em um dos trechos do vídeo publicado ontem, Mark Zuckerberg, CEO da Meta, afirmou que "países latino-americanos têm tribunais secretos" para derrubar publicações, em referência indireta ao Brasil. Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) fizeram avaliações distintas a respeito do alcance das mudanças anunciadas ontem pela big tech. Ministros da Corte minimizaram possíveis impactos no Brasil, com o argumento de que parte das alterações está restrita aos EUA. Outra ala, porém, considera a medida muito grave e vê na declaração do CEO da Meta uma menção direta ao Brasil e, consequentemente, ao próprio STF. Em comum, no entanto, os ministros rejeitaram o teor da declaração contra decisões judiciais na região e argumentam que as decisões são tomadas com transparência e cumprindo os ritos processuais.

abpi.empauta.com

- Os EUA têm as proteções constitucionais mais fortes para liberdade de expressão no mundo. A Europa tem um número cada vez maior de leis institucionalizando a censura e tornando difícil construir qualquer coisa inovadora lá.

Os países latino-americanos têm tribunais secretos que podem ordenar que as empresas retirem as coisas (das redes sociais) silenciosamente. A China censurou aplicativos de funcionarem no país - afirmou Zuckerberg, em vídeo.

Dentro do STF, a avaliação é que o embate recente com o dono do X, Elon Musk, impôs novas barreiras para a circulação de desinformação e pode ter inibido a Meta de fazer uma mudança no país que teria como consequência o aumento de fake news.

FOCO EM NEGÓCIOS

Para magistrados ouvidos de forma reservada pelo GLOBO, Zuckerberg evitou adotar os mesmos critérios para o Brasil tendo em vista o episódio envolvendo o X, que precisou pagar mais de R\$ 28 milhões após descumprimentos de decisões judiciais envolvendo remoção de conteúdos falsos.

O Ministério Público Federal (MPF) vai oficiar a Meta para avaliar o impacto das novas regras sobre checagem de fatos no Brasil. Os procuradores enviarão questionamentos à empresa.

Para o advogado-geral da União, Jorge Messias, a decisão da Meta intensifica a "desordem informacional" e ressalta a necessidade de nova regulamentação das redes sociais no Brasil. Ele disse que a medida da dona de Facebook, Instagram e WhatsApp significa um foco da empresa em seus negócios e criticou os algoritmos "secretos" da big tech: - A Meta decidiu focar na expansão de seu modelo de

Continuação: Zuckerberg critica decisões judiciais na América Latina

negócios. Infelizmente, como os algoritmos da empresa são secretos, essa escolha tende a intensificar a desordem informacional em um ecossistema digital que já enfrenta desafios significativos relacionados à disseminação de fake news e discursos de ódio. O diretor executivo e cofundador do InternetLab,

Francisco Brito Cruz, vê um "desafio" ao Judiciário no vídeo de Zuckerberg:

- A postura da Meta no Brasil não era a de desafiar o judiciário brasileiro como fez Elon Musk. Agora esse vídeo é um desafio claro à Justiça brasileira. Esse "modelo Musk" de agir pode ser uma escalada na tensão entre judiciário e redes sociais.

Messias defendeu a urgência de regular as redes:

- Torna-se ainda mais premente a necessidade de criar um novo marco jurídico para a regulação das redes sociais no Brasil.

Recentemente, a AGU defendeu no STF a responsabilização das plataformas e a retirada do ar de conteúdos ofensivos sem necessidade de decisão judicial. A manifestação foi feita em ações que discutem as regras do **Marco Civil** da Internet sobre a responsabilidade das redes sociais pelo conteúdo publicado nelas. Sob a gestão de Messias, a AGU tem atuado contra publicações que são consideradas como desinformação. Recentemente, por exemplo, o órgão solicitou ao YouTube a retirada de vídeos com informações falsas ou descontextualizadas sobre a saúde do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde o fim de 2024, o Supremo julga uma ação que discute uma mudança no **Marco Civil** da Internet para responsabilizar as big techs pelos conteúdos publicados por terceiros. A análise do tema foi interrompida na última sessão do ano passado pelo ministro André Mendonça, que pediu vista, mas deve ser retomada no primeiro semestre de 2025.

PL DOAS REDES SOCIAIS

Até agora, os três votos já apresentados pelos ministros impõem, em maior ou menor grau, responsabilidades mais severas às plataformas quanto aos conteúdos publicados, além de prever uma série de regras que precisam ser cumpridas sob pena de violação das leis brasileiras.

O que está em discussão no julgamento do STF é o modelo de responsabilização das plataformas pelo conteúdo de terceiros: se e em quais circunstâncias as empresas podem sofrer sanções por conteúdos ilegais postados por usuários.

Antes de levar o assunto a julgamento, o Supremo aguardou que o Congresso avançasse com o assunto, mas a tramitação do PL das Redes Sociais foi travancada por pressão da bancada bolsonarista. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), chegou a criar um grupo de trabalho para tratar do tema, que não avançou.

O QUE VAI MUDAR NO DIA A DIA DA REDE

1

Checagem de fatos

Os checadores independentes (fact-checkers) que trabalham para identificar desinformação serão eliminados. A empresa vai adotar o modelo de notas da comunidade, semelhante ao utilizado no X, do bilionário Elon Musk, em que os usuários dizem se uma postagem é enganosa ou danosa.

2

Afrouxamento nas regras de conteúdo

A empresa afirma que a política de conteúdo será flexibilizada. Sem dar detalhes, Mark Zuckerberg mencionou apenas que irá reverter o entendimento de violações aplicadas em temas como "imigração" e "i-

Continuação: Zuckerberg critica decisões judiciais na América Latina

dentidade de gênero". A empresa publicou novas diretrizes sobre o tema.

3

Mudança nos filtros

Filtros para derrubar postagens que violam regras de conteúdo serão flexibilizados. O foco será voltado apenas para publicações consideradas ilegais e de alta gravidade. Para violações que considerar de baixa gravidade, a Meta irá agir apenas após denúncias de usuários.

4

Reintrodução de conteúdo político

Após anos em que vinha reduzindo o alcance de posts políticos, a Meta informou que eles voltarão ao Facebook, Instagram e Threads. Segundo a empresa, a mudança será "personalizada" para os usuários que querem receber esse tipo de postagem, que inclui temas como eleições.

5

Transferência de equipe para o Texas

A equipe de moderação de conteúdo da Meta será realocada no Texas e deixará a Califórnia, que tem leis estaduais mais rígidas para redes sociais. "Creio que isso ajudará a construir confiança ao fazer esse trabalho em lugares onde há menos preocupação com o viés das equipes", disse Zuckerberg.

6

Pressão contra ações em outros países

Zuckerberg disse que trabalhará com o governo Trump para "enfrentar governos" que pressionam por "mais censura", citando Europa, China e "tribunais secretos" na América Latina. Zuckerberg culpou governos e a imprensa tradicional por pressionar a empresa por "mais e mais censura". }

Defesa de Adele pede caução de US\$ 1 milhão por prejuízo em processo de plágio atual



OUTRO LADO: Advogado de Toninho Geraes diz que medida é uma cortina de fumaça perversa e feita para intimidar o músico

São Paulo

A defesa da cantora Adele e da Sony Music fez um pedido de caução à Justiça do Rio de Janeiro nesta terça-feira sobre o processo de plágio movido pelo músico. Os advogados da cantora pedem depósito de R\$ 1 milhão aos autores para cobrir os prejuízos da decisão liminar que pede a retirada da canção "Million Years Ago" das plataformas digitais.

A liminar, emitida no último dia 15 de dezembro, proibia a Sony de reproduzir ou comercializar a faixa, que é acusada de plágio da canção "Mulheres" do brasileiro. À reportagem o advogado de, Fredímio Trotta, diz que a medida dos réus é uma cortina de fumaça e de intimidação, afirmando que o músico vai rebater a medida.

"Eles peticionam com dois objetivos evidentes, lançar uma cortina de fumaça para desviar o foco da falsidade e, ao mesmo tempo, tentar intimidar o autor para que o mesmo esmoreça", diz o advogado. Trotta

abpi.empauta.com

afirma que a ação teria acontecido depois de Toninho ter sofrido um episódio de hipertensão durante uma das audiências do caso, acusando a defesa de Adele de usar golpes baixos contra a saúde frágil do compositor.

O advogado ainda diz que o pedido, além de moralmente perverso, é juridicamente descabido, citando casos na Justiça brasileira em que é dispensável a prestação da caução. "Vamos rebater, naturalmente, mais esse expediente malicioso também no processo."

Em fevereiro do ano passado, protocolou um processo contra a cantora. Ele pede R\$ 1 milhão de indenização a ela, Greg Kurstin, o produtor da faixa, e a três gravadoras que representam a obra da artista, entre as quais Sony e Universal, que têm sedes no Brasil.

No processo, ele também pede os **direitos** autorais da música, com juros e correção monetária. Mas o valor ainda é incalculável, por depender de dados sigilosos de vendas e audiência, aos quais a defesa só terá acesso mediante um mandado judicial.

Patente do Ozempic expira em 2026, e farmacêuticas testam genéricos e biossimilares



EMS quer ser a primeira empresa brasileira a registrar a semaglutida

São Paulo

A patente do Ozempic, medicamento voltado para o tratamento de diabetes tipo 2 que ganhou destaque devido ao seu efeito colateral de perda de peso, expira em 2026. Com o fim da exclusividade da fabricante Novo Nordisk, abre-se espaço para a produção de versões genéricas ou biossimilares, o que pode reduzir os preços e ampliar o acesso ao tratamento.

A EMS, farmacêutica nacional, quer ser a primeira no Brasil a comercializar semaglutida e liraglutida, análogos do hormônio GLP-1.

"Todos os testes necessários para aprovação na **Anvisa** [**Agência** Nacional de Vigilância Sanitária] e FDA [agência regulatória americana] estão sendo realizados. A EMS tem como meta ser a primeira empresa brasileira a obter o registro também da semaglutida", afirma Iran Gonçalves Júnior, diretor médico da empresa.

Ozempic contém o princípio ativo semaglutida, re-
abpi.empauta.com

médio para tratar o diabetes tipo 2 usado para perder peso

-

O Ozempic, à base de semaglutida, atua como um análogo do hormônio GLP-1, reduzindo os níveis de glicose no sangue e promovendo saciedade ao agir no cérebro, o que ajuda a diminuir a ingestão de calorias e, consequentemente, o peso.

"A semaglutida, originalmente registrada para o tratamento de diabetes, atualmente também é comercializada sob o nome Wegovy para o tratamento de obesidade. Portanto, pode ser prescrita de forma independente para o controle de peso em pessoas que atendam aos critérios estabelecidos", diz Felipe Henning, especialista da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia Regional São Paulo.

A empresa afirma que os medicamentos, neste primeiro momento, terão preços compatíveis com os praticados no mercado, com a vantagem de oferecer acesso via disponibilidade, para que muitos brasileiros possam iniciar seus tratamentos ou, no caso daqueles que já fazem uso, possam dar continuidade com essa nova opção.

Outras farmacêuticas também já demonstraram interesse em desenvolver genéricos e biossimilares da semaglutida.

A Hypera Pharma afirma que se prepara para incluir a molécula no portfólio com a expiração da patente. Nos últimos anos, a empresa lançou com agilidade medicamentos cujas patentes expiraram, como os anticoagulantes rivaroxabana e apixabana.

Continuação:
Patente do Ozempic expira em 2026, e farmacêuticas testam genéricos e biossimilares

A Biommm diz estar empenhada em oferecer biomedicamentos de alta qualidade a preços acessíveis e que está realizando testes com a Biocon para garantir a segurança e eficácia dos produtos. O CEO Heraldo Marchezini afirma que o fim da patente deve expandir o acesso a tratamentos para diabetes e obesidade.

Já a Cimed afirmou que monitora atentamente as mudanças no mercado associadas à expiração de patentes e avalia o desenvolvimento de novos produtos de acordo com sua estratégia corporativa e as demandas do mercado.

Além da semaglutida, a **patente** da liraglutida, comercializada como Victoza e Saxenda, expirará em março de 2025. Em dezembro, a **Anvisa** publicou no Diário Oficial da União a aprovação do registro de dois novos medicamentos da EMS. A farmacêutica se prepara para disponibilizar esses produtos no mercado imediatamente após o término da vigência da **patente**.

A chamada "quebra de patente" na verdade se refere à licença compulsória, permitindo que outros laboratórios fabriquem medicamentos em situações de interesse público.

"Genéricos devem ser muito similares ao produto original, usando o nome químico da substância, en-

quanto os similares podem ser vendidos com nomes comerciais distintos", completa.

Henning explica também que no Brasil, a introdução de genéricos é um processo consolidado, sem expectativas de obstáculos técnicos ou regulatórios significativos, já que as indústrias planejam começar a produção assim que a exclusividade termina.

No Brasil, o preço do Ozempic varia de R\$ 600 a R\$ 1.000, dependendo da dosagem. O medicamento é vendido sem necessidade de retenção de receita, mas é recomendado que seu uso seja supervisionado por um médico para assegurar a segurança e eficácia do tratamento.

De acordo com dados da IQVIA, uma empresa global de análises para o setor de saúde e farmacêutico, os descontos médios para medicamentos variam por categoria no país: 68,31% para genéricos, 30,09% para marcas, 7,77% para referência e 52,30% para similares.

Considerando o desconto médio para genéricos de 68,31%, o preço do Ozempic poderia cair para cerca de R\$ 192 a partir de R\$ 600, e para cerca de R\$ 320 a partir de R\$ 1.000.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3

Marco regulatório | INPI
3, 6

Pirataria | Biopirataria
4

Direitos Autorais
6, 11

Propriedade Industrial
6

Entidades
6

Marco Civil
8

Marco regulatório | Anvisa
12

Patentes
12